Brigadeiro quer tecnologia livre de dependências

BRASÍLIA (Sucursal) — "Incentivando a empresa brasileira, estaremos, sem dúvida, assegurando, no futuro, a redução de nossa dependência tecnológica e militar." A afirmação foi feita, ontem, pelo brigadeiro-engenheiro Otávio Barbosa da Silva, ao deixar o cargo de subchefe de Assuntos Tecnológicos do Estado-Maior das Forças Armadas.

Dizendo-se a favor de que as indústrias de ponta do País "sejam controladas e comandadas pelo capital nacional", o brigadeiro Otávio afiançou, no que tange à indústria de material bélico, que torna-se "necessária especial atenção governamental para que, sob a alegação da conveniência de nacionalização dos produtos essenciais às operações militares, não venha a realizar investimentos que apesar de fortemente incentivados pelo Brasil, mantenham o comandamento de suas decisões fora o território brasileiro, inibam o nosso incipiente desenvolvimento tecnológico autóctone, ou mesmo sufoquem as iniciativas nacionais já bem sucedidas e em franco desenvolvimento".

A impressão era a de que o brigadeiro critica o projeto AMX, idealizado inteiramente no Brasil, mas que será produzido 70 por cento na Itália.

GRUPO EXECUTIVO

O brigadeiro Otávio propôs a criação do Grupo Executivo da Indústria de Material Bélico, Geimil, "visando assegurar os recursos humanos, materiais, financeiros e tecnológicos para o desenvolvimento da indústria de material ou de serviço de emprego militar".

O subchefe de Assuntos Tecnológicos do EMFA enfatiza ainda "a dificuldade de ser estabelecida a interface entre o que é e o que não é de interesse militar no campo tecnológico", e afirma a sua "convicção do papel impulsionador das Forças Armadas no processo de desenvolvimento e novas tecnologias nos países desenvolvidos". "Segundo dados disponíveis — acrescentou — enquanto em média a Alemanha, França e Estados Unidos aplicaram, em 1979, 10,8 por cento de seus orçamentos nacionais em pesquisas e desenvolvimento, sendo 14,3 por cento de tais recursos carreados para fins militares, o Brasil no mesmo ano aplicava em pesquisa e desenvolvimento, 2,24 per cento, sendo apenas 1,34 por cento de tais recursos carreados para fins militares."

Conforme o brigadeiro, o EMFA enviará ao Presidente "propostas de planos de pesquisas de interesse militar e de reformulação da legislação pertinente, visando à sua consecução".

Lembrando que "as Forças Armadas foram pioneiras na criação de institutos de ensino e pesquisa tecnológicas", o brigadeiro criticou a legislação e a carência de recursos financeiros quando para recrutar a mão-de-obra no mercado, frequentemente, as Forças Armadas "são obrigadas, inclusive a concorrerem com grupos alienígenas, ou não, por vezes interessados em sufocar o desenvolvimento de tecnologia nacional, visando perpetuar o mercado cativo que desfrutam".

PAIS VIAVEL

"Somos uns dos poucos países viáveis a adentrar o Século 21, podendo dispor de energia, matéria prima, mão-de-obra, tecnologia e mercado. Para tanto vivemos um período de transição, findo o qual, o País, certamente, passará de impostador a produtor, e mesmo exportador de tecnologia, exigindo que a legislação atente para estas realidades, adaptando-se adequadamente a tal transformação", para evitar-se "o desperdício pela falta de continuidade dos projetos".

Sobre o aerolevantamento geofísico, o brigadeiro Otávio diz que "praticamente não se exercia o seu controle. As informações aqui obtidas, através de recobrimentos realizados por organizações especializadas brasileiras, eram levadas para o Exterior a fim de serem interpretadas, inibindo-se, por esta via, o desenvolvimento tecnológico da empresa nacional no campo da interpretação geofísica, além de graciosamente, transferirmos o conhecimento de nossas riquezas minerais a grupos estrangeiros".

Finalmente, o brigadeiro pede a revisão da legislação sobre aerolevantamento em Território nacional e critica a concorrência direta das organizações estaduais, que para realizarem o aerolevantamento do Território nacional "eram aquinhoadas com verdadeiras reservas de mercado, sem qualquer processo licitatório" que "oneravam o erário público e agravavam o balanço de pagamentos com importações desnecessárias de equipamentos já existentes e ociosos no País, tudo ao arrepio da legislaçao federal".